



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

8ª Região – PARANÁ

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO
DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2017**

Curitiba/PR, 02 de Agosto de 2018.

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 8ª REGIÃO/PR

Administração Regional do Paraná - CNPJ(MF) 37.115.391/0001-08

Endereço: Av. São José, 699 – CEP.: 80.050-350

Curitiba/PR

Att.: Gerencia Administrativa e Financeira

A/c.: Mauricio Cardoso da Silva

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo CRP/PR acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2017, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 80%x20%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "1.10.2" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2018, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 8ª REGIÃO – CRP/PR
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho Regional de Psicologia 8ª Região – CRP/PR**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia no mês de Julho de 2018, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

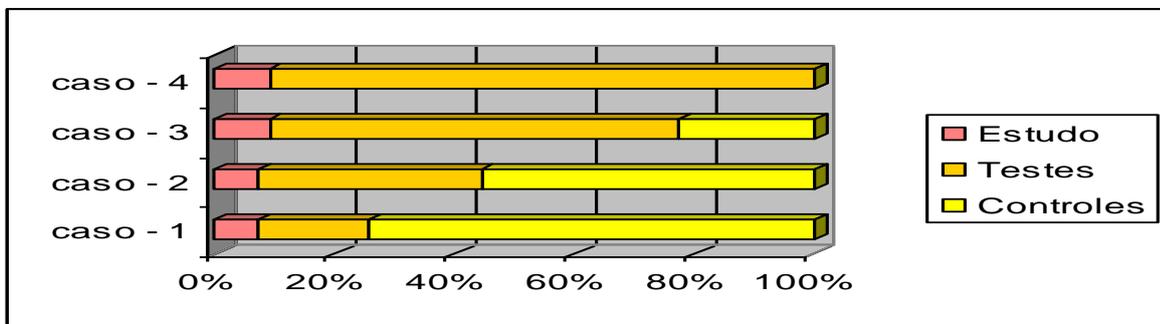
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

1) Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

2) Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.2.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;

- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CFP para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados pelos CRPs e com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas adotados pelos Regionais quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento, verificando, no caso da utilização do sistema compartilhado do Banco do Brasil, se estão sendo obedecidos os termos do contrato firmado com o CFP;
- ✓ Testamos os cálculos e remessas da Cota-Parte e do Fundo de Seções feitos pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os dados do CFP;
- ✓ Verificamos a exatidão dos registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiro dos profissionais inscritos no Conselho;
- ✓ Procedemos teste para verificar a exatidão do efetivo controle relativo aos psicólogos inscritos no Conselho, à inadimplência, à inscrição na dívida ativa e a execução fiscal;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis ns. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;
- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;

- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extra contábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CFP) e de seu cumprimento.

1.2.7 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2017 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando melhor elucidar as considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

ATIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 4.905.718,66	61,77%	R\$ 3.859.331,84	56,81%	R\$ 1.046.386,82	27,11%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 2.135.136,24	43,52%	R\$ 1.691.776,42	43,84%	R\$ 443.359,82	26,21%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 2.633.265,30	53,68%	R\$ 2.045.705,80	53,01%	R\$ 587.559,50	28,72%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 76.810,37	1,57%	R\$ 53.914,57	1,40%	R\$ 22.895,80	42,47%
ESTOQUES	R\$ 44.179,97	0,90%	R\$ 49.027,88	1,27%	-R\$ 4.847,91	-9,89%
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 16.326,78	0,33%	R\$ 18.907,17	0,49%	-R\$ 2.580,39	-13,65%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 3.036.319,11	38,23%	R\$ 2.933.685,08	43,19%	R\$ 102.634,03	3,50%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 371,43	0,01%	R\$ 371,43	0,01%	R\$ 0,00	0,00%
IMOBILIZADO	R\$ 3.035.947,68	99,99%	R\$ 2.933.313,65	99,99%	R\$ 102.634,03	3,50%
BENS MÓVEIS	R\$ 646.499,22	21,29%	R\$ 535.659,40	18,26%	R\$ 110.839,82	20,69%
BENS IMÓVEIS	R\$ 2.744.642,14	90,40%	R\$ 2.608.808,36	88,94%	R\$ 135.833,78	5,21%
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-R\$ 355.193,68	-11,70%	-R\$ 211.154,11	-7,20%	R\$ 144.039,57	68,22%
TOTAL	R\$ 7.942.037,77	100,00%	R\$ 6.793.016,92	100,00%	R\$ 1.149.020,85	16,91%

PASSIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 477.614,86	6,01%	R\$ 460.769,76	6,78%	R\$ 16.845,10	3,66%
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR	-R\$ 178,01	-0,04%	-R\$ 356,10	-0,08%	R\$ 178,09	-50,01%
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	#DIV/0!
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	R\$ 40.988,60	8,58%	R\$ 95.353,27	20,69%	-R\$ 54.364,67	-57,01%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ 88.816,11	18,60%	R\$ 29.167,76	6,33%	R\$ 59.648,35	204,50%
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	R\$ 19.456,97	4,07%	R\$ 15.979,70	3,47%	R\$ 3.477,27	21,76%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$ 262.615,66	54,98%	R\$ 212.089,97	46,03%	R\$ 50.525,69	23,82%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$ 65.915,53	13,80%	R\$ 108.535,16	23,56%	-R\$ 42.619,63	-39,27%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	#DIV/0!
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 477.614,86	6,01%	R\$ 460.769,76	6,78%	R\$ 16.845,10	3,66%
RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 7.464.422,91	93,99%	R\$ 6.332.247,16	93,22%	R\$ 1.132.175,75	17,88%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 7.464.422,91	93,99%	R\$ 6.332.247,16	93,22%	R\$ 1.132.175,75	17,88%
TOTAL	R\$ 7.942.037,77	100,00%	R\$ 6.793.016,92	100,00%	R\$ 1.149.020,85	16,91%

1.2.7.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **16,91%** verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$ 1.149.020,85**, ocorrida entre os exercícios de 2017 e 2016 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

Neste sentido percebe-se com razoável facilidade que os principais grupos do balanço apresentaram a seguinte variação no período:

ATIVO	Variação 2016 x 2017		Risco por Relevância Horizontal	
	Especificação	R\$		A/H
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 1.046.386,82	27,11%	ALTO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 443.359,82	26,21%	ALTO
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		R\$ 587.559,50	28,72%	ALTO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$ 22.895,80	42,47%	ALTO
ESTOQUES		-R\$ 4.847,91	-9,89%	BAIXO
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE		-R\$ 2.580,39	-13,65%	BAIXO
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 102.634,03	3,50%	BAIXO
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 0,00	0,00%	BAIXO
IMOBILIZADO		R\$ 102.634,03	3,50%	BAIXO
BENS MÓVEIS		R\$ 110.839,82	20,69%	RELATIVO
BENS IMÓVEIS		R\$ 135.833,78	5,21%	BAIXO
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA		R\$ 144.039,57	68,22%	ALTO
TOTAL		R\$ 1.149.020,85	16,91%	RELATIVO
PASSIVO	Variação 2016 x 2017		Risco por Relevância Horizontal	
Especificação	R\$	A/H		
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 16.845,10	3,66%	BAIXO	
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR	R\$ 178,09	-50,01%	ALTO	
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	#DIV/0!	INEXISTENTE	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	-R\$ 54.364,67	-57,01%	ALTO	
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ 59.648,35	204,50%	ALTO	
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	R\$ 3.477,27	21,76%	RELATIVO	
PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$ 50.525,69	23,82%	ALTO	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R\$ 42.619,63	-39,27%	ALTO	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	#DIV/0!	INEXISTENTE	
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 16.845,10	3,66%	BAIXO	
RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 1.132.175,75	17,88%	RELATIVO	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.132.175,75	17,88%	RELATIVO	
TOTAL	R\$ 1.149.020,85	16,91%	RELATIVO	

1.2.7.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

ATIVO	SALDOS		Risco por Relevância Vertical
	Especificação	Exercício Atual	
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 4.905.718,66	61,77%	ALTO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 2.135.136,24	43,52%	ALTO
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 2.633.265,30	53,68%	ALTO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 76.810,37	1,57%	BAIXO
ESTOQUES	R\$ 44.179,97	0,90%	BAIXO
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 16.326,78	0,33%	BAIXO
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 3.036.319,11	38,23%	ALTO
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 371,43	0,01%	BAIXO
IMOBILIZADO	R\$ 3.035.947,68	99,99%	ALTO
BENS MÓVEIS	R\$ 646.499,22	21,29%	RELATIVO
BENS IMÓVEIS	R\$ 2.744.642,14	90,40%	ALTO
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	-R\$ 355.193,68	-11,70%	BAIXO
TOTAL	R\$ 7.942.037,77	100,00%	ALTO
PASSIVO	SALDOS		Risco por Relevância Vertical
Especificação	Exercício Atual	A/V	
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 477.614,86	6,01%	BAIXO
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR	-R\$ 178,01	-0,04%	BAIXO
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	R\$ 40.988,60	8,58%	BAIXO
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ 88.816,11	18,60%	RELATIVO
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	R\$ 19.456,97	4,07%	BAIXO
PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$ 262.615,66	54,98%	ALTO
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$ 65.915,53	13,80%	RELATIVO
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	0,00%	INEXISTENTE
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 477.614,86	6,01%	BAIXO
RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 7.464.422,91	93,99%	ALTO
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 7.464.422,91	93,99%	ALTO
TOTAL	R\$ 7.942.037,77	100,00%	ALTO

1.2.7.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

ATIVO	Risco por Relevância Horizontal	Risco por Relevância Vertical
Especificação		
ATIVO CIRCULANTE	<i>ALTO</i>	<i>ALTO</i>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<i>ALTO</i>	<i>ALTO</i>
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	<i>ALTO</i>	<i>ALTO</i>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	<i>ALTO</i>	<i>BAIXO</i>
ESTOQUES	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	<i>BAIXO</i>	<i>ALTO</i>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
IMOBILIZADO	<i>BAIXO</i>	<i>ALTO</i>
BENS MÓVEIS	<i>RELATIVO</i>	<i>RELATIVO</i>
BENS IMÓVEIS	<i>BAIXO</i>	<i>ALTO</i>
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	<i>ALTO</i>	<i>BAIXO</i>
TOTAL	<i>RELATIVO</i>	<i>ALTO</i>
PASSIVO	Risco por Relevância Horizontal	Risco por Relevância Vertical
Especificação		
PASSIVO CIRCULANTE	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR	<i>ALTO</i>	<i>BAIXO</i>
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO	<i>INEXISTENTE</i>	<i>INEXISTENTE</i>
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	<i>ALTO</i>	<i>BAIXO</i>
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	<i>ALTO</i>	<i>RELATIVO</i>
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	<i>RELATIVO</i>	<i>BAIXO</i>
PROVISÕES A CURTO PRAZO	<i>ALTO</i>	<i>ALTO</i>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	<i>ALTO</i>	<i>RELATIVO</i>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<i>INEXISTENTE</i>	<i>INEXISTENTE</i>
TOTAL DO PASSIVO	<i>BAIXO</i>	<i>BAIXO</i>
RESULTADOS ACUMULADOS	<i>RELATIVO</i>	<i>ALTO</i>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<i>RELATIVO</i>	<i>ALTO</i>
TOTAL	<i>RELATIVO</i>	<i>ALTO</i>

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

2. ASPECTOS CONTÁBEIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

Atendendo ao Termo de Referência vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 003/2018, adaptamos nosso Programa Padrão de Auditoria e o consequente Planejamento, visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim.

2.1. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

As receitas realizadas durante o exercício de 2017 ficaram **6,87%** abaixo do total da previsão atualizada para o ano, revelando uma Insuficiência de Arrecadação de R\$ 580.996,75, essa insuficiência se deve majoritariamente ao não recebimento de R\$ 1.167.518,91 de Receitas de Contribuições, relativas às anuidades recebidas dos profissionais cadastrados no Conselho, conforme demonstramos a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	%
RECEITA CORRENTE	8.459.427,70	7.878.430,95	93,13%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	7.911.846,45	6.744.327,54	85,24%
RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00	1.740,00	87,00%
RECEITA DE SERVICOS	212.331,25	343.775,32	161,91%
FINANCEIRAS	253.250,00	542.272,44	214,13%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.000,00	246.315,65	307,89%

Relativamente à estrutura da Proposta Orçamentária/Balanço Orçamentário, verificamos que a Classificação da Receita Orçamentária por Natureza não está de acordo com o estabelecido no Artigo 9º, § 4º da Lei 4.320/64, que classifica a Receita Orçamentária por Natureza conforme quadro a seguir:

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Conforme o quadro, extraído do MCASP 7ª Edição, a Categoria Econômica “Receitas Correntes”, desdobra-se nas Origens acima listadas. Não consta, portanto, dentre as Receitas Correntes, a Origem “Receitas Financeiras”, que figura na Proposta Orçamentária e no Balanço Orçamentário do CRP/PR.

Compõem a origem “Receitas Financeiras”:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	%
RECEITA CORRENTE	8.459.427,70	7.878.430,95	93,13%
FINANCEIRAS	253.250,00	542.272,44	214,13%
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	75.000,00	227.475,87	303,30%
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	178.250,00	314.796,57	176,60%

A classificação mais adequada para **Atualização Monetária sobre Multas**, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público é na **Origem** “Outras Receitas Correntes”, que é constituída pelas receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, ressarcimentos, multas administrativas, contratuais e judiciais, previstas em legislações específicas, entre outras (MCASP), subclassificado no Tipo “2”, por se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita.

Já os **Rendimentos de Aplicações Financeiras**, devem ser classificados como **Receitas Correntes “Patrimoniais”**, pois provêm da fruição do patrimônio do CRP/PR.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **61,77%** do saldo total do ativo recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 1.046.386,82** equivalentes a **27,11%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017		
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 4.905.718,66	61,77%	R\$ 3.859.331,84	56,81%	R\$ 1.046.386,82	27,11%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 2.135.136,24	43,52%	R\$ 1.691.776,42	43,84%	R\$ 443.359,82	26,21%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		R\$ 2.633.265,30	53,68%	R\$ 2.045.705,80	53,01%	R\$ 587.559,50	28,72%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$ 76.810,37	1,57%	R\$ 53.914,57	1,40%	R\$ 22.895,80	42,47%
ESTOQUES		R\$ 44.179,97	0,90%	R\$ 49.027,88	1,27%	-R\$ 4.847,91	-9,89%
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE		R\$ 16.326,78	0,33%	R\$ 18.907,17	0,49%	-R\$ 2.580,39	-13,65%

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente **95%** do total

do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo.

ATIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 4.905.718,66	61,77%	R\$ 3.859.331,84	56,81%	R\$ 1.046.386,82	27,11%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 2.135.136,24	43,52%	R\$ 1.691.776,42	43,84%	R\$ 443.359,82	26,21%

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil. Verificamos que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes de recebimentos avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são registradas pela contabilidade no Banco, à Crédito da Conta **Outros Valores Restituíveis**, gerando, assim, a compatibilidade entre os saldos dos extratos bancários quando comparados ao Balanço Patrimonial.

✓ Procedimentos de Auditoria

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários cotejados com o razão contábil.

✓ Constatações

O exame efetuado nas conciliações de 31/12/2017 revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ Opinião

Recomenda-se que as discrepâncias entre Banco e Razão, sejam apontadas e controladas em formulários/planilhas – Conciliações Bancárias – contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação. No mais, os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Disponível nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **53,68%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R\$ 587.559,50**, equivalentes a um aumento de **28,72%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas às “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 4.905.718,66	61,77%	R\$ 3.859.331,84	56,81%	R\$ 1.046.386,82	27,11%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 2.633.265,30	53,68%	R\$ 2.045.705,80	53,01%	R\$ 587.559,50	28,72%

✓ Procedimentos de Auditoria

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2017 e 2016, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber.

✓ Opinião

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos. Todavia, foi verificada a necessidade de reclassificação de parcela dos créditos para o Ativo não Circulante, assim como a realocação da rubrica Dívida Ativa, já que não têm previsão de realização no exercício corrente ou subsequente, e conforme orienta o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 7ª edição, no item 5.2.3:

Os créditos referentes à dívida ativa devem ser inicialmente registrados como dívida ativa do ativo não circulante, tendo em vista que o inadimplemento torna incerto o prazo para realização do crédito.

Há a necessidade de constituir uma conta redutora que registre Ajuste para possíveis perdas no recebimento de Créditos a Receber, sobre o assunto, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público dispõe:

Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros.

Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo.

A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é do órgão ou entidade competente para a gestão da dívida ativa.

Este Manual não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança nos entes da Federação. Caberá a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

3.1.3 ESTOQUE

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo não foram objeto de exame por amostragem, diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, dentre outros. Os materiais não são inventariados ao final do exercício.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, não aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos, pois, não existe valor patrimonial registrado para esse grupo.

✓ **Constatações**

Não validamos o saldo em “Estoque”, além do que, o mesmo não recebe atributo de risco no ponto de vista da exposição ativa e no volume de transações, por não existir valor contábil registrado.

✓ **Opinião**

Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação daqueles saldos, também tornaram-se impossíveis em função dos controles internos inapropriados e inexistentes, de tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Ativo Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

3.1.4 VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Verificamos nessa rubrica o valor de R\$ 11.422,00, na conta Despesas a Regularizar, não obtivemos evidências suficientes que nos permitisse validar a natureza do saldo contábil. O título da conta sugere que são alocados valores não identificados ou não claramente classificados pela contabilidade quando do fato gerador. Recomenda-se realizar conciliações a fim de reduzir tais saldos, tornando a informação contábil mais clara.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 3.036.319,11	38,23%	R\$ 2.933.685,08	43,19%	R\$ 102.634,03	3,50%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 371,43	0,01%	R\$ 371,43	0,01%	R\$ 0,00	0,00%
IMOBILIZADO	R\$ 3.035.947,68	99,99%	R\$ 2.933.313,65	99,99%	R\$ 102.634,03	3,50%
BENS MÓVEIS	R\$ 646.499,22	21,29%	R\$ 535.659,40	18,26%	R\$ 110.839,82	20,69%
BENS IMÓVEIS	R\$ 2.744.642,14	90,40%	R\$ 2.608.808,36	88,94%	R\$ 135.833,78	5,21%
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	-R\$ 355.193,68	-11,70%	-R\$ 211.154,11	-7,20%	R\$ 144.039,57	68,22%

3.2.1 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Como já foi mencionado no item 3.1.2, há a necessidade de reclassificação da Dívida Ativa para este grupo. Não foi encontrada documentação hábil que dê suporte documental ao registro do saldo de R\$ 371,43 na rubrica Títulos de Empresas Estatais.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **38%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **3,50%** das transações que compõem a variação positiva de **R\$ 102.634,03**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ Constatções

Constatamos que integra o Grupo Bens Móveis a Conta Sistema de Processamento de Dados, onde são registradas as licenças de softwares utilizados pelo CRP/PR, com saldo de R\$ 58.401,42.

Verificamos, ainda, que as baixas de Imobilizado estão sendo lançadas em contrapartida da conta de resultado 3.6.1.2.1.01 – Redução a Valor Recuperável Imobilizado, sugere-se reclassificação dessas perdas, visto que a conta em comento destina-se a registrar a variação patrimonial diminutiva com a redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo imobilizado, que reflete um declínio na sua utilidade além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação.

✓ Opinião

Sugere-se a reclassificação da conta Sistema de Processamento de Dados do Ativo Imobilizado para o Intangível, que compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, deve-se reclassificar, por consequência, o valor de depreciação para a Rubrica Amortização Acumulada.

Recomenda-se envidar esforços para registrar as depreciações com base no estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS ÀS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **6,01%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 16.845,10**, equivalentes a um aumento de **3,66%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO Especificação	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 477.614,86	6,01%	R\$ 460.769,76	6,78%	R\$ 16.845,10	3,66%
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV. E ASSIST A PAGAR	-R\$ 178,01	-0,04%	-R\$ 356,10	-0,08%	R\$ 178,09	-50,01%
EMPRÉSTIMOS E FINANC A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	#DIV/0!
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	R\$ 40.988,60	8,58%	R\$ 95.353,27	20,69%	-R\$ 54.364,67	-57,01%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ 88.816,11	18,60%	R\$ 29.167,76	6,33%	R\$ 59.648,35	204,50%
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	R\$ 19.456,97	4,07%	R\$ 15.979,70	3,47%	R\$ 3.477,27	21,76%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$ 262.615,66	54,98%	R\$ 212.089,97	46,03%	R\$ 50.525,69	23,82%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$ 65.915,53	13,80%	R\$ 108.535,16	23,56%	-R\$ 42.619,63	-39,27%

4.1.1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRP/PR. Em 31/12/2017 essa conta apresenta um saldo invertido de R\$ 178,01, refere-se ao pagamento de Jeton para Conselheiros pela participação em Reunião Plenária realizada em Curitiba no dia 20/10/2017 de acordo com documento de pagamento realizado em 24/10/2017.

No cálculo da folha de pagamento do mês 10/2017, o lançamento deste jeton não foi processado. No momento da contabilização da folha de pagamento, o valor de jeton a pagar totalizou um valor menor do que os jetons efetivamente pagos neste período, gerando um pagamento (débito) sem a respectiva obrigação (crédito).

✓ Procedimentos de Auditoria

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social – GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2 PROVISÕES A CURTO PRAZO

✓ **Constatações**

O saldo de R\$ 262.615,66, constante nesse grupo, refere-se às provisões sobre a Folha de Pagamento (Férias, 13º Salário, INSS e FGTS), que são contabilizadas na conta 2.1.7.1 Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo.

✓ **Opinião**

Enfatizamos que a conta 2.1.7.1 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO, tem a seguinte função: *compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a pagamento de reclamações trabalhistas, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo (Plano de Contas Aplicado ao Setor Pública – PCASP/2018).*

Assim, o saldo constante na rubrica não reflete a real natureza da informação. Pois não constitui uma provisão de RISCOS TRABALHISTAS, mas sim uma provisão com FOLHA DE PAGAMENTO.

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **93,99%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **17,88%** em relação ao exercício anterior.

PASSIVO	SALDOS				Variação 2016 x 2017	
RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 7.464.422,91	93,99%	R\$ 6.332.247,16	93,22%	R\$ 1.132.175,75	17,88%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 7.464.422,91	93,99%	R\$ 6.332.247,16	93,22%	R\$ 1.132.175,75	17,88%
TOTAL	R\$ 7.942.037,77	100,00%	R\$ 6.793.016,92	100,00%	R\$ 1.149.020,85	16,91%

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de procedimento licitatório.

Foram concedidos, no exercício sob análise, 37 Suprimentos de Fundos no valor total de R\$ 62.700,00, dos quais R\$ 55.753,58 foram aplicados pelos Agentes Supridos. Selecionamos uma amostra de 06 Processos de Prestação de Contas, a fim de testar se os controles internos relativos aos processos são suficientes.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2017.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CRP/PR e a correta forma de prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

a) Observância dos Prazos;

Obs.: Foi constatado que o Prazo de Aplicação do Suprimento de Fundos (processo nº 28 e 31) ultrapassa o limite de 90 dias estabelecido em Lei, e extrapola o período de utilização constante no Ato de Concessão do Suprimento. Os prazos de Prestação de Contas estão sendo devidamente atendidos.

b) Análise dos Comprovantes;

Obs.: Não vêm sendo observado, pelos Agentes Supridos, o limite individual de R\$ 200,00 por despesa de pequeno vulto, correspondente a 0,25% do valor constante na alínea "a" do inciso "II" do Art.º 23, da Lei 8.666/93. Limite que, conforme Norma 05 do CFP aprovada pela Resolução nº 010/2007, de 1º de junho de 2017, é de R\$ 100,00.

c) Análise das Formalidades;

Obs.: Constatamos falta de assinatura de Aprovação da Prestação de Contas por parte da Gerência Financeira e da Presidência no processo nº 30.

✓ **Opinião**

Foi constatado que os Suprimentos de Fundos aplicados pelos Agentes Supridos, se destinam, em sua grande maioria, a cobrir despesas de pequeno vulto, todavia as despesas realizadas não se revestiram do caráter da excepcionalidade (despesas com Prestadores de Serviços de Limpeza e Serviços de telefonia, por exemplo) previsto no *caput* do Art. 45 do Decreto nº 93.873/86. Ou seja, eram previsíveis e passíveis de planejamento, e que poderiam ter sido submetidas ao processo normal de aplicação da despesa.

Como sugestão de Boas Práticas a serem adotadas pela Autarquia, recomenda-se a capacitação do Pessoal envolvido com o processo de Suprimento de Fundos através de instruções, inclusive aos Agentes Supridos.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico (<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/orientacoes-aos-gestores/>) uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras dos agentes da administração em relação ao assunto.

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

✓ Órgãos Colegiados

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

✓ Opinião

Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

✓ Procedimentos de Auditoria

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- ✓ Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- ✓ Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- ✓ Analisamos as férias pagas;
- ✓ Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
- ✓ Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- ✓ PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- ✓ PPRA- Programa de Prevenção de Risco Ambientais;
- ✓ PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CRP/PR, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos no exercício de 2017, para com base em critérios estatísticos, estratificamos aqueles que foram objetos da amostra, em proporções.

O CRP/PR realizou no exercício sob análise 13 Processo Licitatórios, dentre os quais foram utilizadas as modalidades Carta Convite, Tomada de Preços, Pregão Presencial e Eletrônico, além de contratações diretas por meio de Dispensas de Licitações e Inexigibilidade.

Atendendo aos itens do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2018, aplicamos procedimentos específicos com vistas avaliar os seguintes processos/procedimentos/atividades supramencionados além de analisar processos de licitação efetuados por comissão especial, de tomada de contas especiais ou sindicâncias e os consequentes inquéritos administrativos quando existentes.

✓ **Comissão de Licitação**

Verificamos se a comissão de licitação encontra-se composta exclusivamente por, no mínimo, três membros, bem como, se atua permanentemente no julgamento da habilitação preliminar e das propostas apresentadas pelos licitantes.

✓ **Processo Licitatório**

Verificamos se o processo administrativo que gerou o processo licitatório está devidamente instruído, protocolado e numerado, bem como se foi justificada a necessidade da contratação e/ou as quantidades a serem adquiridas em função do consumo, e se foram consultadas mais de uma empresa na estimativa de preços para fins de enquadramento na modalidade de licitação.

Verificamos, especificamente nos processos de Dispensa analisados, a necessidade de melhor montagem do Processo. Identificamos a falta de alguns documentos que, conforme preconiza o Art. 38 da Lei 8.666/93, devem instruir o processo administrativo relativo ao processo licitatório.

São eles: Termo de Abertura, Indicação da Disponibilidade Orçamentária, Verificação de Regularidade do Contratado (Fiscal e Tributária), Parecer do Jurídico, Ratificação da Autoridade Superior com sua respectiva Publicação (Art. 26 da Lei 8.666/93).

✓ **Edital**

Analisamos o original do Edital ou convite, bem como seus respectivos anexos, observando se as seguintes cláusulas foram atendidas: “Termo de Referência”; “Orçamento Estimativo com Planilhas Quantitativas e Custos Unitários” e “Minuta do Contrato”.

✓ **Publicações**

Analisamos se comprovantes das publicações do Edital no Diário Oficial. No caso de concorrência e tomada de preços verificamos se o Edital foi publicado em jornal de grande circulação.

✓ **Contratos**

Comparamos os contratos realizados com as licitações efetuadas, verificando se os valores constantes da proposta vencedora são idênticos aos discriminados no contrato, se “os prazos e condições de pagamento também são idênticos”. O mesmo auditamos em relação aos serviços a serem realizados. Verificamos, ainda, se os Termos Aditivos encontram-se devidamente publicados em DOU, o que condiciona sua eficácia.

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada pelo setor de Licitações e Contratos nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

✓ **Opinião**

Os processos de contratação de Serviços de Natureza Continuada, geralmente, a depender do interesse das partes, são aditivados. Alertamos para que o valor total do contrato não ultrapasse o limite da modalidade da licitação que originou o Contrato, conforme orientações do Tribunal de Contas da União:

Abstenha-se de prorrogar contratos cujo valor ultrapasse o limite estabelecido para a modalidade de licitação realizada ou que não se enquadrem no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 409/2009 Primeira Câmara

Abstenha-se de realizar sucessivas prorrogações de contratos quando a extensão da vigência contratual faça extrapolar a modalidade licitatória sob a qual se realizou o certame.

Acórdão 1705/2003 Plenário

As fragilidades formais na montagem dos processos analisados, como falta de publicações diversas e falta de padronização podem ser minimizadas adotando-se como referência o Check-List sugerido pela Advocacia-Geral da União, disponível no endereço eletrônico <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244390>.

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo CRP/PR no que diz respeito aos processos licitatórios, como de acordo com a legislação vigente.

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da Autarquia, já que as atividades desenvolvidas são consubstanciadas por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

09. CONTROLES INTERNOS

O objetivo da presente seção é avaliar o nível de maturidade dos controles internos administrativos do Conselho Regional de Psicologia do Paraná quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais. O modelo de avaliação construído neste processo de levantamento teve por base a metodologia proposta pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), desenvolvida para ajudar as organizações avaliarem e aperfeiçoarem seus sistemas de controle interno.

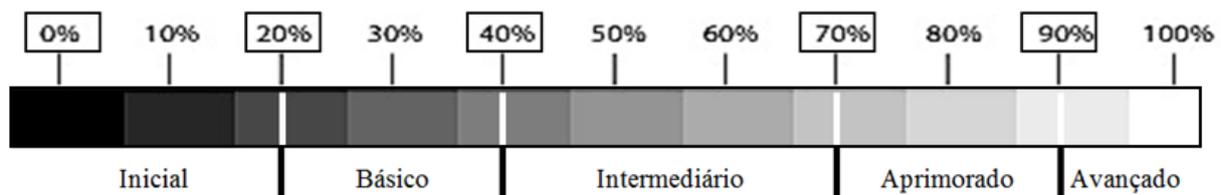
Como instrumento de avaliação dos controles internos, com a finalidade de auxiliar as equipes de auditoria a determinar se os controles são eficazes, ou seja, se realmente funcionam na prática adotamos o Questionário de Avaliação dos Controles Internos (QACI), modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União.

Cada questão do QACI apresentou cinco alternativas possíveis, que variaram de controle inadequado ou inexistente até a existência de controle adequado. Foi utilizada uma escala de pontuação de 1 (um) a 5 (cinco) para mensurar a qualidade dos controles. No total, foram elaboradas 45 (quarenta e cinco) questões que representam os controles internos administrativos testados na avaliação.

O nível de maturidade dos controles internos é o resultado da relação do total de pontos obtidos pelo total de pontos possíveis, multiplicado por cem. Segue abaixo a fórmula do nível de maturidade.

$$\text{Nível de Maturidade} = \frac{\text{Total de Pontos Obtidos}}{\text{Total de Pontos Possível}} \times 100$$

A partir do resultado da equação acima, é possível identificar em qual estágio de maturidade os controles internos se enquadram, conforme a Escala de Maturidade apresentada a seguir:



Portanto, o QACI é um instrumento fundamental para a avaliação do nível de maturidade dos controles internos administrativos dos municípios, uma vez que as respostas das questões formuladas no questionário direcionam a classificação dos controles.

Com relação ao resultado do levantamento, considerando a apuração de forma global, o CRP/PR possui nível de maturidade de 77,77%, enquadrando-se do estágio de **Controle Aprimorado**. Embora não possua uma estrutura de Controle Interno definida, o que se justifica em razão do Custo/Benefício de implantar essa estrutura, foi possível constatar um “ambiente de controle”, onde o apetite ao risco é moderado.

10. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 25 (vinte e cinco) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **CRP/PR – 8ª REGIÃO** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

Curitiba/PR, 02 de Agosto de 2018.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O “S”PR


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”PR

Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”PR


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-9 “S”PR



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br